

COM DEDICAÇÃO E “ESPÍRITO PATRIÓTICO”: A ATUAÇÃO DE RICARDO LEVENE NA *COMISIÓN NACIONAL DE MUSEOS Y DE MONUMENTOS Y LUGARES HISTÓRICOS*

Maíne Barbosa Lopes¹

Resumo: O recorte aqui apresentado estuda um dos lugares de inserção do historiador na Argentina da primeira metade do século XX, referindo-se ao domínio da esfera pública. O foco do trabalho recai sobre Ricardo Levene, professor de História que participou do processo de profissionalização da disciplina no país. Também integrou e dirigiu diversas instituições histórico-culturais, onde atuou como pesquisador e buscou promover a difusão do conhecimento histórico. Em 1938, contribuiu para a criação da *Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos* (CNMMYLH), instituição dependente do Ministério da Justiça e Instrução Pública, presidindo-a até 1946. O presente artigo estuda atuação de Levene na CNMMYLH e busca compreender as relações que se estabeleceram entre ele, os membros da instituição e os representantes do poder público.

Palavras-chave: Historiadores; atuação profissional; Argentina; poder público.

WITH DEDICATION AND “PATRIOTIC SPIRIT”: THE PERFORMANCE OF RICARDO LEVENE IN THE *COMISIÓN NACIONAL DE MUSEOS Y DE MONUMENTOS Y LUGARES HISTÓRICOS*

Abstract: This article explores one of the historian’s places in Argentinian public sphere during the first half of the 20th Century, focusing on Ricardo Levene, a professor who took part in the professionalization process of historical science that took place in that country. Levene also directed many historic-cultural institutions, where he acted as researcher and looked into promoting the diffusion of the historical knowledge. In 1938, he helped the creation of the *Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos* (CNMMYLH), an institution linked to the Ministry of Justice and Public Instruction that he presided until 1946. This article analyzes Levene’s trajectory at CNMMYLH and seeks to understand the relations established between him and the members of the institution and the public power representatives.

Keywords: Historians; professional performance; Argentina; public power.

* O artigo é oriundo do processo de escrita da tese de doutorado da autora, realizada com financiamento da CAPES.

¹ Doutoranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: mainelopes@yahoo.com.br.

COM DEDICAÇÃO E “ESPÍRITO PATRIÓTICO”: A ATUAÇÃO DE RICARDO LEVENE NA *COMISIÓN NACIONAL DE MUSEOS*

No ano de 1940, foi aprovada pelo Congresso Nacional argentino a lei de criação da *Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos* (CNMMYLH), instituição responsável pela salvaguarda do patrimônio histórico e artístico do país e em funcionamento desde o ano de 1938, por decreto do Poder Executivo. Durante a discussão parlamentar, o deputado Noel pediu a palavra para elogiar o trabalho desenvolvido pela instituição:

deseo destacar ante la Honorable Cámara: labor intensa, labor inteligente, que se refleja en interesantísimas fundaciones de museos y de restauraciones, de placas conmemorativas e de una serie de hechos que hablan muy elocuentemente de su presidente y de sus miembros (COMISIÓN..., 1941: 251).

O mencionado reconhecimento às obras do presidente da CNMMYLH e de seus demais membros alude apenas a algumas dentre as muitas atividades que Ricardo Levene desempenhou ao longo da primeira metade do século XX, na Argentina, e através das quais alcançou grande notoriedade. Pela sua centralidade em diferentes instituições histórico-culturais, sua extensa lista de publicações, somadas aos cargos que possuía nas universidades de La Plata e Buenos Aires, o historiador merece atenção especial. Neste trabalho, apresentamos alguns dados da trajetória profissional de Levene e exploramos a sua atuação na CNMMYLH, dando ênfase às relações que se estabeleceram entre ele, os membros da instituição e os representantes do poder público. É importante ressaltar que estamos compreendendo a noção de trajetória conforme a proposição de Bourdieu (1996: 81), “como uma série de posições sucessivamente ocupadas por um agente (ou um mesmo grupo), em um espaço ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes”, posições estas vinculadas a diversos outros sujeitos.

A trajetória de Levene, deste modo, só pode ser compreendida na medida em que consideramos “o conjunto de relações objetivas” que o vincularam “ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e que se defrontaram no mesmo espaço” (BOURDIEU, 1996: 82). Tal exame, para além de nossos objetivos centrais, ainda nos permite conhecer os lugares possíveis de inserção do historiador naquele país em meados do século XX.

O percurso profissional de Levene

Formado em Direito pela *Universidad de Buenos Aires* (UBA), em 1906, Ricardo Levene (1885-1959) iniciou sua carreira como professor de história no *Colegio Nacional Mariano Moreno*². Por volta de 1911, já atuava como professor na Faculdade de Filosofia e Letras da UBA, lecionando a disciplina de Sociologia, e na Faculdade de Direito da mesma instituição. Foi ainda professor na *Universidad Nacional de La Plata*, aonde chegou a ocupar o posto de presidente da universidade entre 1930-1931 e entre 1932-1935³, e também exerceu o cargo de Decano da Faculdade de Humanidades. Suas publicações abrangeram temas variados como História Argentina, História Americana, Direito e Ensino de História. Além de Levene, vale notar que boa parte dos vogais da *Comisión* possuía formação em Direito, mesmo que muitos não tenham exercido a advocacia⁴. É interessante observar como a graduação em Direito permitia que estes estudiosos lecionassem diversas disciplinas, prática que parece ter sido bastante comum naquele período e que não se restringiu à Argentina⁵.

Em meados da década de 1910, Levene participou do grupo que atuou no processo de renovação historiográfica e contribuiu para o início da profissionalização do estudo da história no país, chamado de *Nueva Escuela Histórica* (NEH). Conforme diferentes autores

² Consultado em *Biblioteca Nacional de los Maestros*. http://www.bnm.me.gov.ar/la_biblioteca/biblioteca_levene/biografia.php. Acesso em 28/07/2014.

³ Conforme “Presidentes da UNLP”. Consultado em http://www.unlp.edu.ar/articulo/2008/4/3/presidentes_de_la_unlp. Acesso em 26/10/2015.

⁴ Acerca do valor do título acadêmico, Bourdieu (2002) nos lembra que a objetivação operada pelo diploma confere autoridade a quem o possui e legitima a relação estabelecida entre diplomas e cargos. Eujanian (2003) mostra que, na Argentina das primeiras décadas do século XX, a profissionalização de diversas ocupações começava a conferir valor a um título, cuja obtenção poderia ser vista como um caminho para a ascensão social. Contudo, no caso dos literatos e historiadores, os espaços acadêmicos não representavam uma rota de ascensão necessariamente exitosa: “o título competia com formas de reconhecimento mais arraigadas [...]” e, mesmo para o Estado, “os antecedentes acadêmicos não eram uma via de ascensão segura para ocupar uma cátedra na universidade”, ao menos até os anos posteriores à Reforma Universitária, quando se instalou o regime de concursos e a condição de professor suplente se transformou em um mérito importante para os aspirantes (EIJANIAN, 2003: 76-77, trad. minha).

⁵ Ao estudar os debates travados no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em torno da constituição da história como saber e do reconhecimento dos historiadores, Gomes (2012) mostrou que estes homens podiam ter formações bastante diferentes: eram praticantes do jornalismo e do magistério, sendo professores de muitas disciplinas (como a Filosofia, a Língua Pátria e a História), ainda que a carreira de Direito fosse o seu melhor celeiro. Miceli (2001), por outro lado, analisando o caso dos escritores em São Paulo, mostrou que as carreiras seguidas pelos intelectuais das décadas de 1920 e 1930 dependiam da história social de suas famílias. Enquanto os escritores pertencentes aos ramos destituídos estavam bastante propensos a investir nas áreas mais arriscadas da produção intelectual, como o romance social ou as ciências sociais, os herdeiros da classe dominante se voltavam para as modalidades de trabalho intelectual mais rentáveis e gratificantes no campo do poder, entre elas, as áreas do pensamento político e jurídicas (MICELI, 2001: 81).

(BUCHBINDER, 1994; PRADO, 2001; CATARUZZA, 2001; 2003; MYERS, 2004; PAGANO; GALANTE, 2006; PAGANO; DEVOTO, 2009), de uma atividade intelectual praticada mais ou menos livremente durante o século XIX, a história se transformou em uma disciplina profissional no decorrer das três primeiras décadas do século XX. Até esse momento, na Argentina, a produção histórica era realizada por uma rede de círculos privados e por intelectuais e historiadores que se vinculavam por laços de parentesco com os personagens estudados (BUCHBINDER, 1994).

De um modo geral, as duas primeiras décadas do século XX trouxeram consigo uma abertura cultural e científica no âmbito universitário. O grupo defendia uma renovação metodológica em relação às práticas de pesquisa, que levou à criação de institutos de investigação na universidade – estatutariamente possíveis desde 1905. Eles recusavam os métodos dos historiadores sem formação especializada, assim como as convicções políticas que os haviam guiado, pois a história exigia “a imparcialidade que permite ao historiador renovar sua imagem do passado” (HALPERIN DONGHI, 1962: 124-125). Para os mentores da NEH, o documento (as fontes históricas, em geral, produzidas pelo Estado) e a crítica ao documento constituíam os elementos centrais na formação de uma historiografia nova (BUCHBINDER, 1994).

Entre os vários fatores que contribuíram para a institucionalização da disciplina histórica na Argentina estão: as mudanças institucionais promovidas pela expansão do sistema universitário, com a criação de faculdades e seções ou institutos de história (MYERS, 2004); a instauração de práticas e normas de disciplinamento sócioprofissional, baseadas em uma maior objetividade e na crítica documental (EJANIAN, 2003); o trabalho e o reconhecimento de instituições não universitárias, como a *Junta de Historia y Numismática Americana* (MYERS, 2004); o financiamento estatal para exercerem-se as atividades da disciplina (PRADO, 2001; EJANIAN, 2003).

Vale destacar que a importância concedida pelo Estado à disciplina histórica estava associada a políticas que visavam à formação da identidade argentina. Desde o final do século XIX, as elites e a classe dirigente se depararam com o problema de como construir uma identidade nacional, dada a heterogeneidade daquela sociedade, decorrente do massivo

número de imigrantes que chegava ao país⁶. Essa preocupação também esteve inserida em um processo mais longo, vinculada à etapa de construção do Estado nacional (BERTONI, 2001). Para resolver esse problema, buscou-se uma forma mais universal de acessar a população, sobretudo por meio da educação e do ensino da História, capaz de suscitar nos jovens o sentimento nacional. O auge dessas políticas se deu nos anos 1930 e 1940, quando os governos atribuíram um papel fundamental à disciplina histórica, às celebrações oficiais, às festas cívicas e à instituição de datas comemorativas e de monumentos aos heróis da nação, como meio de fortalecer a consciência nacional (CATTARUZZA, 2001; 2007; PAGANO; DEVOTO, 2009). A profissão do historiador, assim, foi se tornando reconhecida, sendo necessários determinados requisitos – como formação adequada e rigor metodológico – para exercê-la. A aplicação do método era entendida como garantia de cientificidade e, ao mesmo tempo, como meio de distinguir os novos historiadores (CATTARUZZA, 2001).

Fora do âmbito acadêmico, Levene foi responsável pela criação de instituições histórico-culturais que tinham por intuito fomentar nos argentinos uma “consciência histórica” (RODRÍGUEZ, 2001). Criou e dirigiu a *Comisión Revisora de la Enseñanza de la Historia y Geografía Americana* e o *Archivo Histórico de la Provincia de Buenos Aires* (em La Plata), este último graças aos vínculos que mantinha com o governador da província (PAGANO; DEVOTO, 2009). Foi membro correspondente em diversas academias e institutos histórico-geográficos de outros países, como Uruguai, Brasil, Espanha, Colômbia e Peru (SUÁREZ; SAAB, 2012). Em 1915, Levene foi designado membro da *Junta de Historia e Numismática Americana*, instituição que se tornaria reconhecida como produtora oficial do discurso científico sobre o passado (CATTARUZZA, 2003). Originalmente criada com a denominação de *Junta*, em 1893, a entidade se transformou em *Academia Nacional de la Historia* no ano de 1938. Embora os membros da *Junta* tenham formado uma comissão para estudar essa questão, teriam sido “as gestões pessoais de Levene ante o presidente da República e o ministro de Instrução Pública” que conduziram a transformação

⁶ Entre 1881 e 1914, estima-se que cerca de 4.200.000 pessoas chegaram à Argentina, processo que foi estimulado por uma notável expansão da economia do país, pela ampliação da fronteira agropecuária, pelo crescimento da sua rede ferroviária, entre outros fatores internos e externos. Desse número de imigrantes, os italianos eram por volta de 2.000.000; os espanhóis, 1.400.000; os franceses, 170.000; os russos, 160.000 (DEVOTO, 2009).

COM DEDICAÇÃO E “ESPÍRITO PATRIÓTICO”: A ATUAÇÃO DE RICARDO LEVENE NA *COMISIÓN NACIONAL DE MUSEOS*

da *Junta em Academia* – instituição que presidiu até a sua morte, em 1959 (GIRBAL DE BLACHA, 1995: 138)⁷.

Ao longo da década de 1920, a *Junta-Academia* foi estreitando relações com o governo, através do assessoramento em diversas questões históricas, como nomes para estabelecimentos educativos, ruas, estações de trens, homenagens, etc., e em contrapartida contava com o financiamento para suas atividades e publicações. O investimento recebido do governo nacional para a edição da *Historia de la Nación Argentina* em diversos tomos, por exemplo, marcou a realização de um projeto antigo da instituição, para o qual diversos acadêmicos – não necessariamente membros da *Junta-Academia* – foram convidados a colaborar (PAGANO; GALANTE, 2006). Tratava-se da redação de uma história oficial, pois, conforme decreto, o governo nacional concedia um crédito para a publicação que encomendara à corporação acadêmica (GIRBAL DE BLACHA, 1995). Ao final daquela década, a instituição e seus membros já dispunham de “poder simbólico” – o “poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer” (BOURDIEU, 2010: 14) – suficiente para fazerem-se “reconhecidos” como autoridade no que se referia à escrita da história e aos consensos sobre o passado.

Em janeiro de 1938, a *Junta* solenizava sua primeira sessão como *Academia Nacional de la Historia*, no Museo Mitre. O decreto de criação explicitava os objetivos da mudança, sendo “conveniente a intensificação da cultura histórica e patriótica e a constante colaboração que [a Academia] pode prestar ao governo da nação” (GIRBAL DE BLACHA, 1995: 140). Embora se mantivesse o trabalho editorial realizado pela antiga *Junta*, as pesquisas e publicações agora se orientariam para impulsionar a história nacional e regional. No discurso inaugural da *Academia*, Ricardo Levene enfatizou as futuras funções da entidade, marcadas tanto pelas pesquisas originais e publicações de obras, periódicos e documentos, quanto pela intervenção na reforma do ensino da história americana e argentina e na organização de congressos. É nesse contexto de fortes relações entre o poder público e a corporação de historiadores que a CNMMYLH foi criada.

O novo organismo surgiu, assim, no ano da transição da presidência do general Justo para a de Roberto Ortiz e apenas oito anos depois do golpe militar que interrompeu o processo democrático, em 1930, e afastou a União Cívica Radical (UCR) do governo.

⁷ Daqui em diante, todas as traduções do espanhol são minhas.

Agustín Justo presidiu o país de 1932 a 1938⁸, entregando o governo a Ortiz, outro presidente eleito, pertencente à mesma coalizão política⁹ (DEVOTO; FAUSTO, 2008). Examinando a formação da *Comisión*, composta por Levene, um secretário e dez vogais, verificamos que nove deles eram também membros da *Academia*. Nos anos seguintes e considerando as substituições de alguns integrantes, pelo menos sete pertenceram à mencionada corporação de historiadores. Entre eles estavam: Ricardo Levene, Ramón Cárcano, Emilio Ravignani, Luis Mitre, Enrique Udaondo, Rómulo Zabala e Benjamín Villegas Basavilbaso. Constatamos, portanto, um predomínio de determinados historiadores naquela esfera de atuação e uma inegável influência da *Academia Nacional de la Historia* na criação da CNMMYLH, ainda que esse empreendimento tenha se concretizado por intermédio e à expensas do governo nacional.

A trajetória de Levene, assim, confirma a variedade e o alcance das atividades desempenhadas pelo historiador, sem desconsiderar as relações que ele manteve, fundamentais em sua ascensão profissional. Para Escudero (2009), a rede de relações nacional e internacional do estudioso foi funcional para a consolidação da tradição historiográfica que realizou, ainda que suas teses tenham sido bastante questionadas por historiadores de outras vertentes teóricas. Segundo o autor, “Ricardo Levene fue el nervio central de una serie de políticas culturales e historiográficas en la Argentina y otros puntos de Latinoamérica durante la década de 1930” (ESCUADERO, 2009: s/p). Em seguida, nos detemos às ações que o estudioso realizou junto à CNMMYLH, foco deste artigo.

⁸ Justo venceu, com ajuda de fraude, contra uma coalizão de democratas progressistas e socialistas que apoiavam a fórmula Lisandro de la Torre-Nicolás Repetto (DEVOTO; FAUSTO, 2008). A relação entre os partidos que apoiaram Justo nas eleições de 1931 – o Partido Demócrata Nacional, o Partido Socialista Independente e a União Cívica Radical Antipersonalista – era complexa e instável. Além disso, o afastamento da UCR das eleições, entre 1931 e 1935, e a prisão de seus dirigentes e ativistas tiveram o efeito de ratificar a identidade partidária destes. Durante o governo de Justo, a imprensa opositora circulou com intensidade, gerando fortes debates públicos; as negociações com a Inglaterra por um novo tratado comercial, a fraude eleitoral, entre outras questões, também levaram à mobilização de vários setores intelectualizados (CATTARUZZA, 2009).

⁹ Conforme Devoto e Fausto (2008), ao iniciar seu mandato, Ortiz parecia orientar-se para o término da fraude eleitoral, por intenções do próprio presidente, mas uma enfermidade progressiva o obrigou a tirar sucessivas licenças e a renunciar em 1942, deixando o quadro político bastante instável. Com a renúncia, assumiu o vice-presidente conservador Ramón Castillo, homem politicamente débil e representante de uma pequena província do norte (Catamarca), que foi deposto por outro golpe militar em junho de 1943.

Atuação e centralidade de Ricardo Levene na CNMMYLH

Como procuramos mostrar, Levene foi determinante no processo de criação da *Comisión*, tendo, até mesmo, redigido o projeto de lei que regulamentou o funcionamento da instituição. Queremos analisar aqui a atuação do historiador enquanto seu presidente, de 1938 a 1946. A partir das Atas de Sessões da *Comisión*, podemos observar que ele foi responsável pela maioria das sugestões propostas durante as reuniões, as quais costumavam ocorrer, em média, a cada três ou quatro semanas. Apenas para citar alguns exemplos, ele organizou as publicações anuais do *Boletín* da instituição; trouxe planos para as futuras publicações do organismo, preparando volumes com textos e imagens dos monumentos e lugares históricos do país¹⁰; escreveu o regulamento dos museus históricos dependentes da *Comisión* e instituiu as visitas explicadas nessas instituições; propôs ações vinculadas à figura de Sarmiento (concretizando a criação do *Museo Histórico Sarmiento*, na casa do Congresso de 1880¹¹, e do *Museo Casa de Sarmiento*, no local de nascimento do prócer); recomendou a impressão de retratos de San Martín, Moreno, Rivadavia e Belgrano para serem distribuídos nas escolas; escreveu o anteprojeto de Lei sobre a ereção de monumentos comemorativos e a designação histórica de ruas, povoados, lugares e estações nacionais¹²; apresentou o projeto para criar o *Museo y Biblioteca de Rivadavia*, em Cádiz¹³,

¹⁰ Até julho de 1946, momento em que Levene e a maioria dos membros renunciaram aos seus cargos na *Comisión*, a instituição havia publicado diversos volumes, entre os quais citamos aqueles que foram redigidos ou organizados por seu presidente: *Memoria correspondiente al año de 1938* [e sucessivas até 1945]; *Restauración de las salas capitulares y creación del Museo del Cabildo y de la Revolución de Mayo* (1940); *La Restauración del Cabildo de Buenos Aires* (1940); *Colección de tarjetas postales con vistas de los Museos Histórico Nacional, Mitre, Histórico Sarmiento, Casa del Acuerdo de San Nicolás y Palacio San José de Concepción del Uruguay* (1940); *Colección de tarjetas postales con vistas del Cabildo de Buenos Aires restaurado* (1940); *Colección de tarjetas postales con vistas de los monumentos históricos de la provincia de Córdoba* (1940); *Colección de láminas de San Martín, Sarmiento, Mitre, Avellaneda, Urquiza y Alberdi* (de 1938 à 1941); *Ley N° 12.665 sobre Museos, Monumentos y Lugares Históricos* (1941); *Monumentos y Lugares Históricos de la República Argentina* (1944), este último proposto por Ricardo Levene na sessão do dia 8 de junho de 1943. (Relação de publicações conforme: COMISIÓN..., 1948: 2).

¹¹ Na sessão do dia 8 de agosto de 1938, Levene trouxe para conhecimento dos membros o decreto de criação do *Museo Histórico Sarmiento* e se referiu aos trâmites para obter da municipalidade a casa histórica do Congresso de 1880, onde funcionaria o novo museu, afirmando que já tinha realizado duas reuniões com o intendente sobre o assunto (COMISIÓN..., 1939: 208).

¹² O mencionado anteprojeto de Lei foi exposto à CNMMYLH e aprovado por unanimidade na sessão do dia 21 de dezembro de 1942 (COMISIÓN..., 1943: 577).

¹³ Conforme “Labor realizada por la Comisión Nacional de Museos y Monumentos Históricos. Memoria correspondiente al año de 1945”, redigida por Ricardo Levene (COMISIÓN..., 1946: 13). Ao descrever as atividades do ano, Levene utiliza expressões ora em primeira pessoa ora em nome da *Comisión*, demonstrando quais atividades estiveram sob sua responsabilidade.

entre tantas outras atividades¹⁴. Em geral, as sugestões propostas por Levene eram imediatamente aprovadas pelo grupo de vogais¹⁵.

Entendemos que redigir regulamentos, projetos de lei e demais publicações para a *Comisión* se trata de uma tarefa bastante custosa. Ainda que o trabalho na instituição contasse com o auxílio de um secretário e de auxiliares (para as demandas que chegavam de todo o país diariamente e mais as tarefas de secretaria), estivesse dividido em três subcomissões¹⁶ (das quais o presidente também fazia parte) e que muitos projetos e estudos fossem incumbidos aos membros do organismo, é visível que Levene se encarregava de muitas atividades que exigiam um alto grau de comprometimento. O presidente parecia também frequentar a sede da *Comisión* várias vezes durante o intervalo entre as sessões oficiais com os membros, pois nelas informava sobre as diferentes solicitações e correspondências que haviam chegado – fossem da sociedade civil a respeito de inúmeras questões vinculadas à preservação do patrimônio nacional, fossem dos poderes públicos –, relatava as ações que tinha realizado naquele intervalo de tempo – como encontros com o Ministro de Instrução Pública e demais autoridades, visitas a instituições, conversas com diferentes agentes visando a preservação e restauração de bens patrimoniais –, e apresentava as resoluções tomadas durante as reuniões com cada uma das três subcomissões.

Sobre a dedicação de Levene para com a CNMMyLH, nos parecem válidas as considerações de Bourdieu (2002) sobre o ato de doar. Remetendo a Malinowski, o autor observa que um “banqueiro tribal” acumula mantimentos para poder distribuí-los e assim entesourar um capital de obrigação e dívidas que serão quitadas sob a forma de homenagens, respeito, fidelidade e, eventualmente, de trabalhos e serviços. Nesse sentido, e inspirados pela reflexão do autor, entendemos que a ‘doação’ ou empenho realizado por

¹⁴ A fala do vogal Bartolomé Gallo atesta o que acabamos de afirmar sobre as frequentes sugestões de Levene à frente da *Comisión*: em discurso durante a colocação de placa na *Plaza de Mayo* alusiva aos eventos que ali ocorreram em 25 de maio de 1810, Gallo expressou que diversas outras datas poderiam ter sido escolhidas para a colocação da placa naquele lugar histórico, mas o dia 25 de maio foi escolhido por sugestão de Ricardo Levene (COMISIÓN..., 1942: 437).

¹⁵ A postura atuante e propositiva de Levene parece ter sido habitual também nas outras instituições das quais fazia parte. Girbal de Blacha (1995: 133) mostrou que o seu desempenho na *Junta* foi igualmente enérgico, atuando ele como “um verdadeiro organizador, integrante permanente de quase todas as comissões de estudo que se formavam na corporação”.

¹⁶ O Regulamento Interno da CNMMyLH determinou que esta passaria a se organizar em subcomissões compostas de três vogais e presididas por Levene. Sendo elas: de Museus, de Monumentos e Lugares Históricos, e de Regulamento e Fazenda (COMISIÓN..., 1942: 682).

COM DEDICAÇÃO E “ESPÍRITO PATRIÓTICO”: A ATUAÇÃO DE RICARDO LEVENE NA *COMISIÓN NACIONAL DE MUSEOS*

Levene à frente da *Comisión* – mas também fora dela, nas outras instituições para as quais trabalhou – não pode ser vista como um mero ato altruísta ou desinteressado. É muito provável que ele acreditasse na “causa” assumida, mas também é notável que seu empenho lhe assegurava uma ampla sorte de benefícios: reconhecimento e respeito como intelectual e historiador, autoridade para deliberar sobre a história, postos de comando em diferentes organismos, poder de controlar cargos na área, ou seja, capitais de variada espécie. Conforme observou Rodríguez (2001: 43), a posição central ocupada por Ricardo Levene no âmbito cultural, educativo e em meio aos historiadores lhe “permitia controlar cargos docentes e de pesquisa, publicações e tomar decisões sobre vários dos elementos que permitem a edificação de uma memória coletiva, como os livros de textos para o ensino primário e secundário e o patrimônio cultural”.

A intensa agenda de atividades da *Comisión* encabeçada por Levene gerava, igualmente, vínculos positivos com o governo. São várias as passagens em que o trabalho da instituição e de seu presidente é elogiado pelos agentes do poder público – como foi o caso da citação acima, feita pelo deputado Noel. As boas relações com o governo também podem ser percebidas pela reiterada presença das autoridades nas cerimônias realizadas pelo organismo. Durante as celebrações do cinquentenário do *Museo Histórico Nacional*, por exemplo, o presidente da *Comisión* informou aos demais membros que tais atos “habían alcanzado el más completo êxito” e que também havia contribuído para isso a presença do Presidente da Nação, Roberto Ortiz, durante a cerimônia e dos Ministros de Justiça e Instrução Pública, do Interior, da Guerra, da Fazenda, o cardeal, o intendente municipal, delegações dos governos do Uruguai, Chile e Paraguai, além de representantes de instituições culturais (COMISIÓN..., 1940: 425).

No mesmo sentido, a inauguração do Cabildo restaurado se deu com a participação do Ministro da Instrução Pública, do Ministro da Guerra, representantes do Exército e da Armada, de instituições culturais, além de grande quantidade de público, à qual se seguiram elogios pela obra de restauração. O vogal Avellaneda falou da emoção ao assistir a inauguração do edifício restaurado, resultado do trabalho desenvolvido pelo “espírito patriótico” de Levene e demais membros da *Comisión*. Segundo ele, “o pensamento de restituir ao Cabildo as suas formas primitivas não era novo, mas o feito constituía algo novo e transcendental para o sentimento da tradição” (COMISIÓN..., 1941: 599). Levene

recebeu “com verdadeira emoção” as palavras dos vogais, afirmando que eles haviam estimulado seu trabalho com “espírito solidário”, sem o qual não teria sido possível levar a diante a obra do Cabildo. Como podemos notar nestes excertos, o edifício do Cabildo – entre outros bens históricos – tinha um papel fundamental para os membros da *Comisión*, na medida em que contribuía para formação do sentimento nacional. Ao fornecerem cenários, eventos históricos ou símbolos nacionais, tais monumentos ajudavam a compor uma “narrativa da nação” (HALL, 2006); eles remetiam a um passado supostamente comum a todos e capaz de integrar os diferentes grupos que compunham a sociedade.

Assim como estes atos, muitos outros que se seguiram ao longo da gestão de Ricardo Levene contaram com a participação do Presidente da República ou do Vice-Presidente, além de ministros, representantes dos governos das províncias ou das cidades e do Exército, o que revela a importância assumida pela *Comisión* naquele período, a dimensão do capital simbólico e social que mantinha, mas também o prestígio de seu presidente. Era Levene quem dialogava diretamente com os mais altos postos do governo e, por vezes, trazia dos representantes do Estado “expressões lisonjeiras” ao grupo (COMISIÓN..., 1939: 196). Outro exemplo da boa relação que tinha com o governo pode ser depreendido do relato de sua conversa com o Presidente da Nação e com o Ministro da Instrução Pública, no ano de 1938, sobre a necessidade de encarar o assunto do edifício do *Museo Histórico Nacional*. Nesta, Levene afirmava já ser hora de se fazer o novo e amplo local que todos esperavam, tendo falado com ‘insistência’ ao senhor Ministro, que se manifestou de acordo com o projeto. Conforme Levene, havia-se que aproveitar o momento e a boa disposição do senhor Presidente e do Ministro, de modo que os demais membros do organismo concordaram em logo reunir a subcomissão de museus e o diretor da referida instituição para formular um anteprojeto (COMISIÓN..., 1940: 434). Tal manifestação do presidente da *Comisión* revela também sua sagacidade ao saber reconhecer o seu lugar e o momento oportuno para investir em determinados projetos.

Em retribuição ao apoio recebido do Estado, Levene não hesitava em expressar agradecimentos e elogios às autoridades pelos auspícios recebidos em prol da preservação do patrimônio histórico do país, tanto pessoalmente quanto em discursos públicos. Por exemplo: após visita dos vogais da *Comisión* ao *Museo Histórico Nacional*, Levene se referiu à nova e elevada política do Presidente da Nação, Dr. Ortiz, e do Ministro de

COM DEDICAÇÃO E “ESPÍRITO PATRIÓTICO”: A ATUAÇÃO DE RICARDO
LEVENE NA *COMISIÓN NACIONAL DE MUSEOS*

Instrucción Pública, Dr. Coll, em favor da fundação e melhoramento dos museus históricos (COMISIÓN..., 1939: 190). Em outro momento, durante sessão da *Comisión*, o historiador igualmente anunciava o seu reconhecimento ao senhor Presidente da Nação e ao Ministro da Instrucción Pública por terem assistido ao ato de inauguração da primeira parte da restauração do Cabildo e também por seu interesse na continuação destas obras. Informava na mesma sessão que havia comparecido com os demais membros da *Comisión* e os diretores de museus à presidência da República para entregar pessoalmente uma medalha de ouro daquelas salas restauradas ao Presidente Ortiz, como presente (COMISIÓN..., 1940: 480). Ainda na ocasião deste ato, Levene discursou sobre a importância histórica do Cabildo e, em seguida, passou a palavra para o Ministro Jorge Coll, destacando antes:

el sentimiento generoso y la preocupación patriótica que inspiran al Ministro de Justicia e Instrucción Pública, y mientras extiende la labor educacional, sintetizada en el Proyecto Orgánico de Ley Nacional de Educación Común de Instrucción Primaria, Media y Especial, el profesor universitario y magistrado que siempre ha sido el doctor Jorge Eduardo Coll toma a su cargo la conferencia doctrinaria que es expresión de su espíritu constructivo y moderna orientación de sus ideas en el estudio de las ciencias sociales (COMISIÓN..., 1940: 99-100).

Ao elogiar o trabalho do Ministro, Levene acabou revelando a formação e a ocupação de Jorge Coll. Buscando breves dados sobre sua trajetória profissional, verificamos que o Ministro foi professor de Direito na UBA desde 1918, tendo se dedicado ao estudo de problemas sociais, como os menores abandonados e infratores, e fundado o Patronato Nacional de Menores, em 1924¹⁷. Tal informação nos permite notar que Coll e Levene foram colegas de trabalho na Faculdade de Direito da UBA, logo, supomos que suas relações prévias também teriam contribuído para a nomeação de Levene como presidente da CNMMYLH. Vale lembrar que o decreto de criação do organismo se deu justamente no governo de Roberto Ortiz, enquanto Jorge Coll atuava como Ministro da Justiça e Instrucción Pública.

Quando da substituição do presidente Ortiz pelo vice Ramón Castillo, Levene e os vogais da *Comisión*, acompanhados pelos diretores dos museus, organizaram uma visita ao novo Ministro da Instrucción Pública, Guillermo Rothe, para apresentarem o trabalho que

¹⁷ Consultado em <http://www.derecho.uba.ar/derechoaldia/notas/seminario-permanente-sobre-historia-de-la-facultad-de-derecho-la-impronta-de-jorge-eduardo-coll-en-el-derecho-argentino/+3173> e em http://ief9016.mza.infod.edu.ar/sitio/index.cgi?wid_seccion=1&wid_item=39. Acesso em 19/02/2016.

estavam realizando (COMISIÓN..., 1941: 593)¹⁸. Como vemos, mesmo em momentos de transição política, Levene e os membros da *Comisión* demonstravam conhecer os meandros que lhes permitiriam continuar à frente do organismo, fazendo-se notar ante as autoridades. Já na sessão do dia 14 de junho de 1943, o presidente da *Comisión* relatou que no dia 11 havia comparecido, com os vogais do organismo e diretores de museus, para apresentar seus cumprimentos ao Sr. Ministro de Instrucción Pública e

ofrecer la renuncia de sus cargos, con motivo de los acontecimientos que son de pública notoriedad [...] Recordó el Sr. Presidente que había manifestado sus deseos de colaborar patrióticamente con el Sr. Ministro, pero también había puesto a la disposición del mismo su renuncia como la de los señores vocales. El Señor Ministro – dijo el Sr. Presidente – había tenido las expresiones más generosas, manifestando que nunca hubiera perdonado privarse de la colaboración de la Comisión Nacional y que había pensado ir a saludar al Sr. Presidente y a los vocales en su sede de la Comisión Nacional. Desde el Ministerio de Instrucción Pública fueron el Presidente y los señores vocales y directores de Museos a la Casa de Gobierno donde presentaron sus saludos al Señor Presidente de la Nación General Pedro Pablo Ramírez quien tuvo palabras alentadoras para la labor que desarrolla esta Comisión Nacional (COMISIÓN..., 1944: 575).

Na citação acima, é mencionada a visita ao novo Ministro da Instrucción Pública e ao novo Presidente do país, em decorrência das extremas mudanças políticas ocorridas no início daquele mês¹⁹. Tais situações indicam que Levene e os demais vogais da *Comisión* souberam tomar medidas rápidas para atingir seus propósitos e para continuar seu trabalho de preservação do patrimônio histórico nacional. Eles tinham o “sentido do jogo” dos lugares em que circulavam, isto é, possuíam “as vantagens sociais daqueles que nasceram num determinado campo” e que, “por uma espécie de ciência infusa”, têm o domínio das leis [não escritas] daqueles espaços (BOURDIEU, 2004: 27). Segundo o sociólogo francês, “essa arte de antecipar as tendências [...] que está estreitamente ligada a uma origem social e escolar elevada e que permite apossar-se dos bons temas em boa hora, bons lugares de publicação (ou mesmo de exposição) etc. é um dos fatores que determinam as diferenças sociais mais marcantes nas carreiras científicas” (BOURDIEU, 2004: 28). Sem dúvida,

¹⁸ Por ocasião da saída do Ministro Coll, o vogal Villegas Basavilbaso também sugeriu que se enviasse a ele uma nota, reconhecendo a especial atenção prestada aos assuntos da *Comisión* enquanto ministro da Justiça e Instrucción Pública (COMISIÓN..., 1941: 588).

¹⁹ Em 4 de junho de 1943, o militar Arturo Rawson liderou um golpe que depôs Ramón Castillo, assumindo provisoriamente o governo por três dias. Em 7 de junho, assumia a presidência da nação o Ministro da Guerra de Castillo, Pedro Pablo Ramírez, quem se manteve no poder até fevereiro de 1944 (HALPERIN DONGHI, 2008).

COM DEDICAÇÃO E “ESPÍRITO PATRIÓTICO”: A ATUAÇÃO DE RICARDO
LEVENE NA *COMISIÓN NACIONAL DE MUSEOS*

Levene reunia esse conhecimento “inato” ao campo devido à sua origem universitária, soube “antecipar tendências” ao apontar a necessária renovação da historiografia no país quando integrou a NEH e, de alguma forma, também contribuiu para a valorização da disciplina pelo Estado, garantindo seu lugar no novo espaço profissional que se conformava.

É, justamente, o “domínio das leis” daqueles espaços onde estava inserido e o conhecimento sobre como proceder diante das sucessivas mudanças de governo que parecem ter auxiliado Ricardo Levene a conservar, durante tantos anos, os cargos que ocupava. Já para o período em que o peronismo chega ao poder, Rodríguez (2001) lembra que o historiador se manteve à margem: não apoiou aos antiperonistas, nem defendeu com firmeza sua política em matéria educativa e cultural. À primeira vista, “tal concentração de cargos e funções em uma área chave para o controle da memória coletiva e do saber histórico por parte de alguém que não proclamava abertamente sua lealdade à Perón, dificilmente poderia ser aceita por um governo cujo propósito era identificar os símbolos e mitos patrióticos já existentes com os símbolos e mitos peronistas” (RODRÍGUEZ, 2001: 44). Apesar disso, Levene conseguiu manter sua posição acadêmica e institucional entre 1945 e 1955. A autora explica esse fato por sua grande capacidade de adaptação e, em se tratando do período subsequente ao estudado até aqui, também pela necessidade do regime peronista de legitimar suas políticas culturais e educativas, mantendo figuras prestigiosas na função pública.

As boas relações de Levene com o Ministério da Instrução Pública e com o Poder Executivo de modo geral ajudaram ainda a garantir o orçamento necessário para as obras da *Comisión*. Em sessão do ano de 1942, leu-se uma nota do Ministro de Obras Públicas comunicando que, de acordo com o pedido da CNMMYLH, havia determinado o reajuste de \$160.000 (cento e sessenta mil pesos), somados aos \$60.000 (sessenta mil) já vigentes, no plano de trabalhos públicos da Direção Geral de Arquitetura destinado às “obras de restauração e conservação de monumentos e lugares históricos, públicos ou privados” (COMISIÓN..., 1943: 502). Diante da informação, o vogal Benjamín Villegas fez moção para que se enviasse uma nota de agradecimento ao Ministro por sua especial colaboração com a *Comisión*, ao passo que o vogal Campos Urquiza destacou o empenho de Levene nas gestões que garantiram essa contribuição (COMISIÓN..., 1943: 502).

Dentre as visitas que a *Comisión* realizava às autoridades, muitas delas visavam a solicitação de recursos para alguma obra em especial. Levene relatou que, no aniversário do ex-presidente Avellaneda, visitara o Presidente da Nação com Rómulo Zabala e o Cel. Gallo a fim de requerer o auspício do Poder Executivo para o Projeto de Lei da *Comisión* sobre a expropriação da Casa de Avellaneda em Tucumán e a fundação de um museu e biblioteca:

El señor Presidente expresó su simpatía por el proyecto y prometió ocuparse preferentemente del asunto. Con este motivo el Dr. Avellaneda [vogal da *Comisión*] manifestó que había recibido informes favorables del Ministerio de Justicia e Instrucción Pública para lograr la adquisición de algunos objetos que pertenecieron al Ex-Presidente para destinarlos al Museo que ha de fundarse en la Casa del Prócer [...] (COMISIÓN..., 1943: 570).

O trecho acima indica que a visita já começava a surtir o efeito esperado. Ainda no ano de 1942, o governo atendia às solicitações da *Comisión*, consentindo um recurso específico para as obras de restauração de monumentos históricos, questão primordial à execução do seu trabalho. Nesse sentido, Levene informou que havia sido incluída no orçamento geral da Nação a soma de \$1.000.000 (um milhão) de pesos para a restauração e conservação de monumentos históricos públicos ou privados, acrescentando que se tratava de

una verdadera conquista de valor excepcional que se congratulaba en hacer conocer a los señores vocales; que en sus reiteradas gestiones ha contado con el auspicio decisivo del Señor Presidente de la Nación Dr. Castillo y de los señores Ministros Rothe y Oría quienes mantuvieron siempre su apoyo en las alternativas que ha sufrido la sanción del presupuesto. Con la nueva partida [...] podría ampliarse la 'Oficina monumentos históricos, Ley 12.665' en la Dirección General de Arquitectura con personal especialista, ya que el arquitecto Sr. Buschiazzo [...] está recargado de trabajo. Agregó el Dr. Levene que en el almuerzo anual que realiza la Comisión Nacional, una vez terminadas sus tareas en el mes de diciembre, creía que debían ser invitados de honor los señores Ministros Rothe y Oría, lo que se resolvió de conformidad (COMISIÓN..., 1943: 552-553).

Para além do vultoso orçamento previsto, destinado às obras dos monumentos históricos, a citação nos permite observar, novamente, as boas relações estabelecidas entre *Comisión* e poder público e também o cuidado de Levene em retribuir o patrocínio recebido através de um convite de honra para almoço.

COM DEDICAÇÃO E “ESPÍRITO PATRIÓTICO”: A ATUAÇÃO DE RICARDO LEVENE NA *COMISIÓN NACIONAL DE MUSEOS*

Deve ficar claro, contudo, que a celeridade e boa vontade do governo em apoiar e subsidiar os projetos da *Comisión* não resultava apenas do prestígio de Levene e dos demais membros do organismo nem das relações positivas que se construíram entre eles e alguns agentes do Estado. O vínculo com os historiadores adequados era algo que também interessava ao governo, na medida em que a história e seu ensino contribuíam com o projeto de nacionalização das massas (CATTARUZZA, 2003). Pagano e Galante (2006) observam que tanto o Estado quanto a corporação dos historiadores necessitavam de um discurso legitimador que dificilmente procederia do *Instituto de Investigaciones Históricas* da UBA ou da vertente revisionista²⁰. Já a história escrita pela *Junta-Academia* não centrava sua crítica no regime político ou na dependência econômica do país, nem criticava as classes dirigentes que buscavam seus modelos no exterior – como fazia o Revisionismo Histórico. Ao contrário, a *Academia* oferecia um relato integrador e de coesão social, no qual as origens da nação argentina remontavam à época da independência, o que incitava à continuidade do Estado nacional – e isso num regime proveniente de um golpe que reconduzira o conservadorismo ao poder.

Tanto no governo radical (1916-1930) quanto durante toda a década de trinta, distintas entidades foram fundadas para a difusão do conhecimento histórico. Organizaram-se variadas comissões de lugares históricos, para a definição dos “autênticos” atributos dos símbolos pátrios, para a revisão de textos, além de institutos de pesquisa, como o *Centro de Estudios Históricos Argentinos* (criado em La Plata, em 1937), o *Instituto Nacional Sanmartiniano* (1933), o *Instituto de Investigaciones Históricas Juan Manuel de Rosas*

²⁰ O Revisionismo Histórico, corrente que passou a criticar a historiografia produzida pela *Junta-Academia* a partir de meados da década de 1930, se colocava como contestatório ao governo surgido com o golpe de 1930 (RODRÍGUEZ, 2001). A exploração do passado nascia como uma tentativa de oferecer o aval da história para a crítica à Argentina do presente e essa crítica se organizava em torno de dois motivos centrais: primeiro, o repúdio da democratização política, que entregou o destino do país a dirigentes sem solidariedade com os interesses que – aos olhos dos revisionistas – eram os da nação mesma; segundo, a denúncia do modo de inserção no mundo da Argentina pós-independente e do vínculo desigual com a Grã Bretanha. Representar os interesses nacionais era o dever primeiro do governante (HALPERIN DONGHI, 2006: 16). Para os revisionistas, a época de Rosas era considerada como um “paraíso perdido” (HALPERIN DONGHI, 2006: 21), sobretudo, devido a dois aspectos de sua gestão de governo, um era sua capacidade de criar uma forte liderança por cima das classes e dos grupos da sociedade que governava, integrando a todos sem identificar-se com nenhum. O outro aspecto residia na oposição de Rosas ao estrangeiro e em sua resistência ao domínio inglês. Desse modo, o surgimento do *Instituto Juan Manuel de Rosas* e de sua revista, no final dos anos trinta, seu deu como reação à crise do regime neoconservador (HALPERIN DONGHI, 2006: 29). Quanto ao *Instituto de Investigaciones Históricas*, sediado na Faculdade de Filosofia e Letras da UBA, era dirigido por Emilio Ravignani, de conhecida militância radical.

(1938), a *Sociedad de Historia Argentina* (1931), as juntas de estudos históricos das províncias, além do já antigo *Instituto de Investigaciones Históricas* da UBA, marco da NEH. Muitas destas entidades passaram a disputar a obtenção de recursos, o controle do acesso aos cargos nas diferentes instituições, a autoridade científica, etc. (CATTARUZZA, 2003). Mas dentre elas, a *Junta-Academia* foi a que melhor garantiu o seu espaço e reconhecimento junto ao governo e, desse modo, “construiu a versão por longo tempo imutável da História Argentina, versão que não só se cristalizou em meios acadêmicos e universitários, mas também [...] integrou (e integra) o conteúdo dos manuais escolares” (PAGANO; GALANTE, 2006: 57).

Segundo Suárez e Saab (2012: 213),

la convergencia de los historiadores con el Estado encontró en la figura de Ricardo Levene un gestor altamente dotado para la tarea institucional que ya venía desarrollando desde la Junta de Historia y Numismática Americana. Sin duda, Levene conocía acabadamente el oficio del historiador que, sumado a una notable capacidad de trabajo, le permitió llevar a cabo una producción pocas veces igualada en número de publicaciones.

Conforme os autores, a longa marcha de Levene até o topo da corporação de historiadores se assentava na sólida rede institucional que ele foi tecendo, tanto para o interior quanto para o exterior do país. A acumulação de cargos e honrarias, distanciada de toda suspeita de filiação partidária, lhe conferiu o papel de interlocutor privilegiado de um Estado para o qual a história se apresentava como um recurso estratégico de legitimação. A opção pelos homens reunidos na *Junta de Historia y Numismática* significava deixar de lado a outra corrente dos historiadores revisionistas, vinculados a uma vertente nacionalista mais agressiva, entre os quais se encontravam os que haviam acompanhado o golpe de 1930 e que, devido à reorientação política implementada pelo presidente Justo, haviam ficado marginalizados do poder. Estes nacionalistas exaltavam a figura e o regime autoritário de Rosas como uma resposta à crise do liberalismo econômico e político – crise pela qual responsabilizavam a oligarquia liberal e a Inglaterra. Por outro lado, os historiadores liberais [da *Junta*], ao destacarem os ganhos e progressos que o projeto oligárquico da década de 1880 havia gerado e que justificavam o seu retorno ao poder, surgiam como mais funcionais ao regime de Justo. Além disso, comparado aos nacional-

revisionistas, os homens da *Junta* eram uma garantia de moderação e previsibilidade (SUÁREZ; SAAB 2012).

Girbal de Blacha (1995) explica que, a partir dos anos 1930, a “questão nacional” foi novamente colocada à luz na ordem latino-americana e mundial. A Argentina concluía sua etapa de crescimento ao exterior em meio a uma crise de identidade, de legitimidade do poder político, de representação e de participação. Daí que se afirmaram instituições de corte nacionalista, com o intuito de revisar a interpretação do passado nacional para promover uma revalorização histórica. Segundo a autora, esta “questão nacional” em revisão desde princípios do século XX se identificava agora com uma interpretação liberal e um nacionalismo que em ocasiões assumiu conotações reacionárias. Os próprios intelectuais da *Junta*, que desempenharam um papel fundamental na construção de mitos unificadores,

pretendían y lograban inculcar esa cultura nacional, de modo mucho más explícito después del Centenario, al ponerse en evidencia los primeros síntomas de deterioro del ‘progreso’ [...] y especialmente con una función imperativa de nacionalismo integrador después de la crisis de 1930 (GIRBAL DE BLACHA, 1995: 129).

Para Suárez e Saab (2012), Levene e seu grupo souberam agregar dois ajustes ideológicos: em primeiro lugar, a opção pelo viés conservador que a corporação vinha assumindo, talvez por previsão do curso que os acontecimentos tomariam após a destituição de Yrigoyen; e em segundo, a *Junta* se somava ao clima nacionalista que dava tom à década, porém sem renunciar aos dogmas liberais que ela mesma havia erigido e, por isso, sem comprometer-se com o catolicismo integrista que na época ganhava notável força. Assim, podemos dizer que o capital simbólico acumulado por Ricardo Levene e pela corporação de historiadores reunida na *Junta-Academia*, bem como a postura política assumida em suas práticas, foram determinantes para que o Estado os reconhecesse como interlocutores privilegiados entre as demais entidades que se dedicavam ao estudo da história no período. Mais do que isso, o governo passava a contar com historiadores que possuíam legitimidade e autoridade no campo historiográfico para difundir uma versão nacional e conservadora da história de acordo com os seus interesses. Pela centralidade que adquiria e sagacidade com que atuava no meio, Levene foi nomeado presidente da CNMMYLH, mas também de outras comissões e instituições histórico-culturais da época.

Mencionamos, por fim, as relações entre Levene e os demais membros da *Comisión* e como a atuação de seu presidente era percebida por eles. Como procuramos mostrar, o trabalho de Levene na instituição foi constante, realizando tarefas que exigiam comprometimento e dedicação. Sua gestão foi marcada por um positivo relacionamento com o poder público, garantindo o apoio necessário às atividades de preservação do patrimônio histórico nacional e de sua difusão. Nesse sentido, os boletins da CNMMyLH nos permitem observar que o desempenho de seu presidente era visto com admiração pelos demais vogais – ao menos é o que se registrou em ata.

Exemplo disso pode ser observado nas tratativas de criação do *Museo Histórico Sarmiento*, entre 1938 e 1939, o qual seria instituído num prédio que pertencia à municipalidade, no atual bairro Belgrano, em Buenos Aires. A casa já era considerada histórica por ali ter funcionado o Congresso da Nação, em 1880, quando se ditaram leis como a que declarou a cidade de Buenos Aires Capital Federal. Apenas seis dias depois do encaminhamento feito pela *Comisión*, o Presidente da Nação assinou o decreto que criou esse museu, valendo-se da antiga lei (nº 8109, ditada em 1911) que previa essa fundação, porém sem resultados há 25 anos (COMISIÓN..., 1939: 69). A rapidez com que se deu a criação da instituição pode sugerir a importância concedida à *Comisión* pelo governo, mas é importante ressaltar que essa também era uma obra de interesse do próprio Ministério da Instrução Pública²¹.

Diante dos inúmeros trâmites necessários para o estabelecimento do novo museu, Levene foi parabenizado por seus colegas pela maneira como realizou e facilitou a sua criação, tendo conversado com o intendente municipal e tomado as medidas necessárias para a desocupação da casa onde ele seria organizado (COMISIÓN..., 1939: 211, 216). Zabala também pediu um “voto de aplauso” à Levene pelos “intensos trabalhos” realizados para a preparação da lei orgânica da entidade, a criação do *Museo Histórico Sarmiento* e as homenagens tributadas ao prócer na ocasião do cinquentenário de sua morte. O pedido foi aprovado especialmente por Cárcano e recebeu assentimento de todos (COMISIÓN..., 1939: 219).

²¹ Na primeira reunião da CNMMyLH, o Ministro da Instrução Pública já havia mencionado que lhe seria encomendada a organização do *Museo Sarmiento*, para o qual se contaria com as “reliquias” do prócer guardadas no *Museo Histórico Nacional*. Devido ao interesse dos presentes no novo museu, o ministro fez a leitura do decreto, sendo felicitado pela amplitude da homenagem, pelos termos e conceitos utilizados, ajustados à personalidade do homenageado (COMISIÓN..., 1939: 187).

COM DEDICAÇÃO E “ESPÍRITO PATRIÓTICO”: A ATUAÇÃO DE RICARDO LEVENE NA *COMISIÓN NACIONAL DE MUSEOS*

Conduta semelhante de Cárcano foi registrada quando esse parabenizou Levene por sua iniciativa de facilitar ao governo da Nação a aquisição dos manuscritos do poema *Tabaré*, de Zorilla de San Martín: “A atitude do doutor Levene demonstrava seu espírito e era muito satisfatório para a Comisión a forma com que havia procedido seu presidente e [agregou] que o ministro doutor Coll assim o havia resumido em seu discurso com ‘altura moral’”. (COMISIÓN, 1940: 449). Em outros trechos das atas, aparecem elogios semelhantes dos vogais ao trabalho do presidente e, ao final de 1945, novamente encontramos felicitações de Zabala a Levene por mais uma edição do *Boletín* da *Comisión*. Nesta ocasião, os demais membros aderiram aos cumprimentos e Campos Urquiza observou que “o Boletim refletia as atividades do senhor Presidente” (COMISIÓN, 1946: 560), o que indica que essa também era uma tarefa dirigida por Levene.

De um modo geral, as decisões dos membros se davam de forma coordenada. No primeiro ano de funcionamento do organismo, um dos participantes (Cel. Best) perguntou se não chegara o momento de se nomearem subcomissões internas para repartirem o trabalho, ao que Zabala considerou que a presidência podia fazer as designações. Best manifestou que seria conveniente autorizar o presidente a tomar as resoluções que tenham certa urgência, como fazer as designações de delegados e representantes ante outras corporações, o que foi aprovado por todos (COMISIÓN..., 1939: 213). Tal diálogo nos leva a crer que havia bastante consenso e afinidade entre o grupo, além de respeito à hierarquia, pois foi de comum acordo – não consta registro contrário – que o presidente tivesse o poder de designar os vogais para tarefas variadas e resolver outras demandas antes de consultá-los.

Raras vezes encontramos indícios de desacordos entre eles; quando isso ocorre, o redator da ata informa os nomes dos vogais que haviam votado contrários a questão. Um exemplo de discordância mais prolongada se deu durante a restauração do Cabildo de Buenos Aires – também sede da *Comisión*. O vogal Udaondo não havia concordado com a demolição das construções históricas em seu interior, porque nelas ainda restavam partes antigas, de calabouços, que deveriam ser salvas. Levene, então, explicou que o projeto do arquiteto Buschiazzo já havia sido aprovado e que a parte do edifício realmente valiosa e histórica era o seu corpo exterior. Udaondo manifestou que não esteve presente na oportunidade em que se aprovou o projeto e Ravignani concordou, pois sempre entendeu

que só seriam demolidas as partes modernas. O arquiteto afirmou que de fato existiam no interior do edifício partes antigas confundidas com as modernas e, por fim, decidiram que, na próxima reunião com o diretor geral de arquitetura, tratariam de conciliar e, dentro do possível, evitar a demolição (COMISIÓN..., 1940: 481).

No entanto, como o projeto já havia sido aprovado, não foi possível impedir a destruição dos fragmentos referidos por Udaondo, por se tratarem de partes que sofreram alterações muito grandes, conforme a opinião dos arquitetos Buschiazzo e Noel (COMISIÓN..., 1941: 531). Udaondo, então, pediu que se registrasse em ata a sua opinião sobre a necessária conservação daquelas construções antigas. Em sessão posterior, Levene relatou sobre o pedido de renúncia de Udaondo, por não estar de acordo com a mencionada demolição. O presidente considerou que não deveriam aceitar esta renúncia, pela valiosa colaboração de Udaondo, e dois membros foram encarregados de lhe pedirem para retirá-la (COMISIÓN..., 1941: 548-549). Finalmente, Udaondo não deixou a *Comisión* e a discussão revela um desacordo de caráter mais conceitual – a antiguidade como critério para a preservação – do que pessoal, evidenciando ainda respeito pelo posicionamento do membro.

Outras discordâncias ocorreram em torno de quais bens deveriam ser adquiridos pelo organismo, como foi o caso do *Convento de San Isidro*, em Jesus Maria, Córdoba. A *Comisión* entendia que tal bem poderia ser adquirido pela *Asociación Cultural Española*, que se responsabilizaria por sua conservação, e só então seria declarado Monumento Nacional, passando a ter superintendência conjunta. Porém, Urquiza discordava, insistindo na compra do edifício que estava à venda por um preço baixo. Levene contestou sua proposta, ressaltando a economia desta solução que surgia, especialmente em relação aos trabalhos de conservação. Como vemos, se tratavam de desacordos bastante comuns, característicos de reuniões decisórias. Se existiram contendas mais graves entre os membros durante a gestão presidida por Ricardo Levene, elas dificilmente seriam relatadas no *Boletín* da instituição, destinado à ampla distribuição em bibliotecas e instituições histórico-culturais, nacionais e internacionais.

Considerações finais

De forma conclusiva, analisando a atuação de Levene como presidente da CNMMyLH, foi possível verificar a realização de uma série de atividades que lhe garantiram aceitação e prestígio. Constatamos, igualmente, um profícuo relacionamento com o Ministério da Justiça e Instrução Pública, do qual a instituição dependia, e com os presidentes da nação em exercício. A reiterada presença dos representantes do governo nas celebrações da *Comisión* e a agilidade na aprovação de orçamentos para o seu funcionamento confirmam as boas relações que se estabeleceram entre Levene, os demais vogais da instituição e o poder público.

O estudo mostrou ainda que o historiador conhecia os meios para manter-se à frente da *Comisión*, mesmo em momentos de transição política. Além de se dedicar à escrita da história, o intelectual tomou para si tarefa de despertar na população uma consciência histórica, valendo-se de vínculos previamente estabelecidos, dentre eles, aquele construído desde a *Junta-Academia*. Enquanto “gestor quase oficial do campo” historiográfico (MYERS, 2004: 73), a atuação de Levene foi determinante no desenvolvimento de uma enérgica política de valorização do patrimônio histórico na Argentina. Determinados edifícios e monumentos eram, então, percebidos como artefatos essenciais para a formação da identidade nacional, por constituírem os vestígios de um passado que deveria ser comum a todos.

Nesse contexto alargado de construção da nação, Levene e os membros da *Junta-Academia* ofereceram a versão histórica mais adequada àquela situação política: apresentaram um relato nacional harmônico, valorizando os períodos da independência e da consolidação do Estado federal. Diferentemente dos historiadores revisionistas, que exaltavam a figura e o regime autoritário de Rosas como reação à crise do regime neoconservador, os historiadores da *Junta* davam destaque aos progressos do projeto oligárquico da década de 1880, justificando o retorno destes ao poder. Tal postura, historiográfica e política, assumida por Levene contribuiu para garantir o seu posto à frente da CNMMyLH, bem como o seu reconhecimento e prestígio junto ao governo.

Referências

BERTONI, Lilia A. *Patriotas, cosmopolitas y nacionalistas*. La construcción de la nacionalidad argentina a fines del siglo XIX. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: _____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996, p. 74-82.

_____. Modos de dominação. In: BOURDIEU, Pierre. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. São Paulo, Zouk, 2002, pp. 191-219.

_____. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo, Unesp, 2004.

_____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BUCHBINDER, Pablo. La historiografía rioplatense y el problema de los orígenes de la nación. *Cuadernos del CLAEH*, 2ª serie, año 19, n. 69, 1994.

CATTARUZZA, Alejandro. Decifrando pasados: debates y representaciones de la historia nacional. In: ____ (direc.). *Nueva historia Argentina*. Crise económica, avance del Estado e incertidumbre política (1930-1943). Buenos Aires: Sudamericana, 2001, Tomo VII, p. 429-476.

_____. La historia y la ambigua profesión de historiador en la Argentina de entreguerras. In: CATTARUZZA, Alejandro; EUJANIAN, Alejandro. *Políticas de la historia: Argentina 1860-1960*. Buenos Aires: Alianza, 2003.

_____. *Los usos del pasado: la historia y la política argentinas en discusión, 1910-1945*. Buenos Aires, Sudamericana, 2007.

COMISIÓN NACIONAL DE MUSEOS Y DE MONUMENTOS Y LUGARES HISTÓRICOS. *Boletín de la Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos*. Buenos Aires, 1939, n. 1.

_____. *Boletín de la Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos*. Buenos Aires, 1940, n. 2.

_____. *Boletín de la Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos*. Buenos Aires, 1941, n. 3.

COMISIÓN NACIONAL DE MUSEOS Y MONUMENTOS HISTÓRICOS. *Boletín de la Comisión Nacional de Museos y de Monumentos Históricos*. Buenos Aires, 1942, n. 4.

_____. *Boletín de la Comisión Nacional de Museos y de Monumentos Históricos*. Buenos Aires, 1943, n. 5.

COM DEDICAÇÃO E “ESPÍRITO PATRIÓTICO”: A ATUAÇÃO DE RICARDO
LEVENE NA COMISSÃO NACIONAL DE MUSEOS

____. *Boletín de la Comisión Nacional de Museos y de Monumentos Históricos*. Buenos Aires, 1944, n. 6.

____. *Boletín de la Comisión Nacional de Museos y de Monumentos Históricos*. Buenos Aires, 1945, n. 7.

____. *Boletín de la Comisión Nacional de Museos y de Monumentos Históricos*. Buenos Aires, 1946, n. 8.

DEVOTO, Fernando. *Historia de la inmigración en Argentina*. Buenos Aires: Sudamericana, 2009.

____; FAUSTO, Boris. *Argentina-Brasil 1850-2000: un ensayo de historia comparada*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2008.

ESCUADERO, Eduardo Alberto. Ricardo Levene: un historiador-orador y su modus operandi. *Modernidades*, año V, n. 9, s/p, julio 2009.

EUJANIAN, Alejandro. Método, objetividad y estilo en el proceso de institucionalización, 1910-1920. In: CATARUZZA, Alejandro; EUJANIAN, Alejandro. *Políticas de la historia: Argentina 1860-1960*. Buenos Aires: Alianza, 2003, p. 69-99.

HALPERIN DONGHI, Tulio. *Historia de la universidad de Buenos Aires*. Buenos Aires: Eudeba/Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1962.

____. *El revisionismo histórico argentino como visión decadentista de la historia nacional*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006.

____. *Historia contemporánea de América Latina*. Madrid: Alianza Editorial, 2008.

GIRBAL DE BLACHA, Noemí. Renovación y proyección nacional e internacional de la Junta. Ricardo Levene (1927-1931/1934-1938) y la gestión Ramón J. Cárcano y Carlos Correa Luna (1931-1934). In: *La Junta de Historia y Numismática Americana y el movimiento historiográfico en la Argentina (1893-1938)*. Buenos Aires, 1995, p. 123-167.

GOMES, Angela de C. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MICELI, Sergio. Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-45). In: _____. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 69-291.

MYERS, Jorge. Pasados en pugna: la difícil renovación del campo histórico argentino entre 1930-1955. In: NEIBURG, Federico; PLOTKIN, Mariano (comp.). *Intelectuales y expertos*. La constitución del conocimiento social en Argentina. Buenos Aires: Paidós, 2004, p. 67-106.

MAÍNE BARBOSA LOPES

PAGANO, Nora; GALANTE, Miguel Angel. La Nueva Escuela Histórica: una aproximación institucional. Del centenario a la década del 40. In: DEVOTO, Fernando (comp.). *La historiografía argentina en siglo XX*. Buenos Aires: CEAL, 2006, p. 45-78.

___; DEVOTO, Fernando. *Historia de la historiografía argentina*. Buenos Aires: Sudamericana, 2009.

PRADO, Gustavo H. La historiografía argentina del siglo XIX en la mirada de Rómulo Carbia y Ricardo Levene: problemas y circunstancias de la construcción de una tradición. 1907-1948. In: PAGANO, Nora; RODRÍGUEZ, Martha (comp.). *La historiografía rioplatense en la posguerra*. Buenos Aires: Editorial La Colmena, 2001, p. 9-38.

RODRÍGUEZ, Martha. Cultura y educación bajo el primer peronismo. El derrotero académico institucional de Ricardo Levene. In PAGANO, Nora; RODRÍGUEZ, Martha (comp.). *La historiografía rioplatense en la posguerra*. Buenos Aires: Editorial La Colmena, 2001, p. 39-65.

SUÁREZ, Carlos A.; SAAB, Jorge. El Estado, Ricardo Levene y los lugares de memoria. *Clío & Asociados*, n. 16, p. 211-227, 2012.

Recibido em: 17 de novembro de 2016

Aceito em: 10 de janeiro de 2017